



INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL-IEB

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL- IEB

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

INDICE	PÁGINAS
Relatório dos Auditores Independentes	1 e 2
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	7 a 25

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PAR 14/011

Aos
Administradores da
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

www.bakertillybrasil.com.br

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) do Instituto, apresentada na Nota Explicativa no. 15, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA, sendo a apresentação efetuada de forma voluntária pelo Instituto. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.


Brasília, 11 de abril de 2014.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG – 005455/O-1 “S” DF


JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO
Contador CRC/DF 09386/O-1


NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO
Contador CRC/DF 013421/O-9

www.bakertillybrasil.com.br

 an independent member of
**BAKER TILLY
INTERNATIONAL**

Rua Santa Rita Durão, 852 – 2º andar – Bairro Funcionários
CEP: 30140-111 – Belo Horizonte, MG – Tel.:(31)3118-7800 e Fax:(31)3118-7816



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Ativo Circulante			Circulante (nota 7)		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	5.763	3.522	Obrigações sociais e trabalhistas	135	226
Créditos diversos	50	77	Contas a pagar	22	10
Impostos a recuperar	-	4	Adiantamentos de doadores	4.998	3.192
	<u>5.812</u>	<u>3.603</u>		<u>5.155</u>	<u>3.428</u>
Não circulante			Patrimônio líquido (nota 8)		
Investimentos	3	3	Patrimônio social	502	704
Imobilizado (nota 6)	274	305	Superávit (déficit) do exercício	444	(203)
Intangível (nota 6)	11	18		<u>946</u>	<u>501</u>
	<u>288</u>	<u>326</u>			
Total do ativo	<u>6.101</u>	<u>3.929</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>6.101</u>	<u>3.929</u>



Maria José Miranda Cabral Gontijo
 Diretora Executiva



André Luis de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-018950/O-0 "S-DF"

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações do superávit/ déficit
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Receitas	2013	2012
Fundo Vale	4.213	3.039
Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID	2.544	3.308
Fundação Moore	1.782	1.183
Fundação Roberto Marinho	782	17
CEE	418	474
Embaixada Britânica	274	219
PORTICUS	213	-
FUNBIO	133	-
AIN Barcarena (nota 13)	90	-
Doações específicas para programas	164	57
Receitas de prestação de serviços	149	109
Outras receitas	90	8
	10.853	8.414
Custos com programas (nota 11)		
Eventos, viagens e estadas	(3.115)	(2.089)
Consultorias técnicas	(2.128)	(1.477)
Salários, encargos e benefícios	(1.896)	(2.003)
Repasses a programas	(615)	(734)
Publicações, comunicações e materiais	(221)	(235)
Bolsas de estudos	(84)	(27)
Despesas gerais	(512)	(556)
	(8.571)	(7.121)
Despesas com administração de programas		
Salários, encargos e benefícios	(1.076)	(659)
Consultorias técnicas	(259)	(397)
Despesas com depreciação	(104)	(97)
Publicações, comunicações e materiais	(30)	(15)
Eventos, viagens e estadas	(16)	(94)
Despesas gerais	(308)	(184)
	(1.792)	(1.446)
Superávit (déficit) bruto	489	(153)
Resultado financeiro	(46)	(50)
Receitas financeiras	7	21
(-) Despesas financeiras	(52)	(71)
Superávit (déficit) do exercício	444	(203)



Maria José Miranda Cabral Gontijo
Diretora Executiva



André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-018950/O-0 "S-DF"



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31/12/2011	764	(60)	704
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(60)	60	-
Déficit do exercício	-	(203)	(203)
Saldos em 31/12/2012	704	(203)	501
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(203)	203	-
Ajustes de exercícios anteriores	1	-	1
Superávit do exercício	-	444	444
Saldos em 31/12/2013	502	444	946



Maria José Miranda Cabral Gontijo
Diretora Executiva



André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-018950/O-0 "S-DF"



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do exercício	444	(203)
Depreciação/amortização do período	104	97
Ajustes de exercícios anteriores	1	-
	<u>549</u>	<u>(106)</u>
Varição de ativos e passivos		
Redução/(Aumento) das contas a receber	31	-
(Redução)/Aumento das contas do passivo		
Obrigações sociais e trabalhistas	(91)	24
Obrigações por repasses de doações	-	(168)
Contas a pagar	12	(24)
Adiantamentos de doadores	1.806	1.914
	<u>1.758</u>	<u>1.746</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>2.307</u>	<u>1.640</u>
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no ativo imobilizado	(66)	(109)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(66)</u>	<u>(109)</u>
IV - AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.241</u>	<u>1.531</u>
V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	3.522	1.991
Final do exercício	<u>5.763</u>	<u>3.522</u>
VI - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.241</u>	<u>1.531</u>



Maria José Miranda Cabral Gontijo
Diretora Executiva



André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-018950/O-0 "S-DF"



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida expertise em processos de articulação entre setores que, historicamente têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Dentre esse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da governabilidade dos mesmos; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar esses riscos através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação em aberto na data de 31 de dezembro de 2013 são: (i) Fundo vale – Projeto de Desenvolvimento Local no Sul do Amazonas (PDLs); (ii) Fundo Vale – Projeto Xingu Ambiente Sustentável (XAS); (iii) Comunidade Européia - Projeto Fortalecimento Institucional das organizações da sociedade civil do município de Barcarena, Pará; (iv) Fundação Moore - Projeto Fortalecimento Institucional na região da BR-319; (v) Fundação Moore - Projeto FORMAR, Formação para a implementação da PNGATI; (vi) USAID - Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia; (vii) USAID - Consórcio Garah Itxa: corredores etnoambientais na Amazônia brasileira; (viii) Comunidade Européia – Projeto Fronteiras Florestais, PFF; (ix) USAID - Consórcio Forest Enterprise Cluster; (x) Fundo Vale - Fortalecimento da Governança Florestal na BR 163, Pará; (xi) Fundação Roberto Marinho - Projeto Florestabilidade; (xii) Embaixada Britânica – Serviços Ambientais no Brasil (Projeto Bolsa Verde); (xiii) FSC - Projeto de treinamento em certificação FSC para comunidades e concessionárias envolvidas com concessões florestais na Amazônia; (xiv) PORTICUS – Programa Liderar: Desenvolvimento de Lideranças na Amazônia; (xv) FUNBIO –



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Projeto Fortalecimento Institucional de organizações da sociedade civil no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; (xvi) Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163 (MAC); (xvii) Fortalecimento da Gestão dos Recursos Naturais no Marajó; e (xviii) Impactos Sociambientais na Mineração (AIN).

Fundo Vale - Projeto de Desenvolvimento Local no Sul do Amazonas (PDLs)

Financiado pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale, o projeto tem foco no fortalecimento das capacidades dos poderes públicos municipais e das organizações da sociedade civil da região sul do estado do Amazonas, visando a formulação e implementação de ações, políticas públicas, programas e projetos voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento local sustentável. As ações do projeto são desenvolvidas nos municípios de Lábrea, Humaitá, Manicoré, Canutama, Boca do Acre e Novo Aripuanã. O período de execução do projeto é de 2011 a 2013.

O acordo assinado em 14/02/2011 estabelece o início do projeto em fevereiro de 2011 e prazo final estimado para março 2014, no valor total de R\$ 6,2 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2011	1.355
2012	1.593
2013	2.537
2014	668
Total	<u><u>6.153</u></u>

Fundo Vale - Projeto Xingu Ambiente Sustentável (XAS)

O projeto Fortalecimento Institucional como Suporte à Governança Socioambiental e ao Desenvolvimento Sustentável em São Félix do Xingu, Pará visa fortalecer os processos locais de articulação e desenvolvimento institucional, visando à governança socioambiental e à sustentabilidade no uso de recursos naturais do município. Seu período de execução é dividido em duas fases, sendo a primeira executada entre 2009 e 2010 e a segunda fase iniciada em 2011 com prazo de duração até 2013. O projeto tem como parceiro local a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX) e é financiado pela Associação Vale para Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale. O período de execução do projeto é de 2009 a 2013.

O acordo assinado em 01/09/2009 estabelece o início do projeto em setembro de 2009 e prazo final estimado para julho de 2014, no valor total de R\$ 5,6 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2009	462
2010	557
2011	999
2012	962
2013	1.896
2014	766
Total	<u><u>5.642</u></u>



Fundação Moore - Projeto Fortalecimento Institucional na região da BR-319

O projeto atua na capacitação de lideranças das comunidades tradicionais locais, técnicos e administradores de áreas protegidas em temas relacionados ao processo de consolidação das Unidades de Conservação localizadas na região da rodovia BR-319. Entre os temas estão: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), manejo de baixo impacto, produção agroecológica, instrumentos de política ambiental e desenvolvimento sustentável, gestão financeira e administrativa de projetos. Os parceiros são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Pacto Amazônico e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). O projeto tem o apoio da Fundação Gordon e Betty Moore. O período de execução do projeto é de 2009 a 2012.

O acordo assinado em 01/11/2008 estabelece o início do projeto em novembro de 2008 e prazo final estimado para 30 de junho de 2013, no valor total de USD 2,4 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>US\$</u>
2008	568
2010	704
2011	716
2012	358
2013	86
Total	<u>2.432</u>

Fundação Moore - Projeto FORMAR, Formação para a implementação da PNGATI

É um projeto em parceria com órgãos governamentais - Funai, MMA e ICMBio, organizações indígenas e organizações não governamentais, que objetiva contribuir para o fortalecimento e a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Parte do entendimento de que a formação é uma ação estratégica, prevista no PPA do Governo Federal: Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (2012-2015). O IEB atuará em 4 regiões da Amazônia Brasileira.

O acordo assinado em 24/10/2012 estabelece o início do projeto em outubro de 2012 e prazo final estimado para setembro 2015, no valor total de USD 1,9 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>US\$</u>
2012	1.000
2013	779
2014	221
Total	<u>2.000</u>

USAID - Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas na Amazônia

Este projeto visa fortalecer a governança, a conservação da biodiversidade e a gestão ambiental em 13 terras públicas na Amazônia, incluindo oito Terras Indígenas; três Reservas Extrativistas; uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e uma Floresta Nacional. Juntas,



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

estas 13 áreas cobrem um total de 3.698.204 hectares, englobando áreas do sul do Amazonas, nordeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso. O projeto conta com financiamento da USAID e é desenvolvido por um consórcio liderado pelo IEB e formado também pelas organizações: Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé, Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, Conservação Estratégica e Operação Amazônia Nativa (OPAN). O período de execução é de 2011 a 2013.

O acordo de cooperação entre o IEB e a USAID, para execução do Consórcio Biodiversidade, foi assinado em 30 de Setembro de 2011 com validade a partir de 1º de outubro de 2011 e prazo final em 30 de setembro de 2013, no valor total de US\$ 5,3 milhões, equivalente a aproximadamente R\$ 9,5 milhões. Os repasses de recursos foram iniciados em novembro de 2011. Os recursos totais contratados para o Consórcio Biodiversidade estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Entidade</u>	<u>US\$</u>
IEB	2.318
KANINDÉ	753
METAREILÁ	309
ACT	796
CSF	413
OPAN	708
Total	5.297

<u>Data</u>	<u>US\$</u>
2011	440
2012	2.583
2013	2.274
Total	5.297

Comunidade Européia – Projeto Fronteiras Florestais, PFF

As ações deste projeto buscam fortalecer a capacidade das organizações e do poder público localizados em Humaitá, AM e São Felix do Xingu, PA. O projeto atua em questões relacionadas ao ordenamento territorial, à promoção de uso alternativo dos recursos naturais e à implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional. As ações contam com a parceria do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET), Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX) e Instituto Pacto Amazônico. O financiamento é da Comunidade Européia, para o período de 2009 a 2013.

O acordo de cooperação entre o IEB e a Comissão Europeia, para execução do PFF, foi assinado em 1º de janeiro de 2009 com validade a partir de 1º de janeiro de 2009 e prazo final em 30 de abril de 2013, no valor total de EUR 2,5 milhões, equivalente a aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Os repasses de recursos foram iniciados em janeiro de 2009. Os recursos totais contratados para o PFF estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

<u>Entidade</u>	<u>EUR</u>
IEB	892
ADAFAX	588
GRET	344
IMAZON	371
PACTO	303
Total	2.498

<u>Data</u>	<u>EUR</u>
2009	562
2010	487
2011	588
2012	611
2013	250
Total	2.498

USAID - Consórcio Forest Enterprise Cluster

O consórcio é liderado pelo Serviço Florestal Americano (SFA) e as atividades do IEB têm por objetivo o fortalecimento das organizações comunitárias e redes sociais para promoção do manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira. Os parceiros na execução das ações são IMAZON, Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). O projeto tem o financiamento da USAID – Brasil (2007-2013).

O acordo assinado em 01/10/2007 estabelece o início do projeto em outubro de 2007 e prazo final estimado para setembro 2013, no valor total de US\$ 1,3 milhões. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>US\$</u>
2008	190
2009	153
2010	238
2011	235
2012	190
2013	281
Total	1.287

Fundo Vale - Fortalecimento da Governança Florestal na BR 163, Pará

Esse projeto foi iniciado em 2012 e tem o objetivo fortalecer processos de articulação e o desenvolvimento institucional na região paraense da BR 163, onde a atividade de manejo florestal tem sido implementada, principalmente, por meio do manejo florestal comunitário e familiar, mediante acordos entre empresas-comunidades. A maior expressão dessa dinâmica tem acontecido em regiões de assentamentos de reforma agrária. O projeto atende comunidades e concessionárias envolvidas com o manejo florestal na região da BR-163. O período de execução do projeto é de 2012 a 2013.



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O acordo assinado em 01/08/2012 estabelece o início do projeto em agosto de 2012 e prazo final estimado para julho 2013, no valor total de R\$ 900 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2012	298
2013	602
Total	900

Fundação Roberto Marinho - Projeto Florestabilidade

É um projeto de educação para o manejo florestal, coordenado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Fundo Vale e o Serviço Florestal Brasileiro. Tem por objetivo despertar jovens para uma importante missão: a de se tornarem gestores da maior floresta tropical do planeta. Em sua implementação nos Estados do Pará e Amapá, o Florestabilidade tem como parceiro o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), responsável pela organização das oficinas de formação de professores e acompanhamento do projeto nas escolas. O período de execução é 2012 a 2013.

O acordo assinado em 30/11/2012 estabelece o início do projeto em novembro de 2012 e prazo final estimado para setembro 2013, no valor total de R\$ 565,7 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2012	189
2013	377
Total	566

Embaixada Britânica – Serviços Ambientais no Brasil (Projeto Bolsa Verde)

Visa desenvolver um Programa de Capacitação Ambiental, voltado para os beneficiários do Programa Bolsa Verde (integrante do Programa Brasil sem Miséria do Governo Federal). As principais ações do projeto envolvem a realização de estudos que qualifiquem uma leitura atual da implantação do Programa Bolsa Verde. O projeto oferece um financiamento inicial para aperfeiçoar a distribuição dos recursos do programa, capacitando os funcionários dos órgãos ambientais para instruir os beneficiários em todo o país. O IEB subsidiará o governo brasileiro na identificação de oportunidades para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas pelo Programa, na capacitação dos agentes ambientais que irão instruir os beneficiários, e na divulgação de lições aprendidas – inclusive para outros países. O período de execução do projeto é de 2012 a 2013.

O acordo assinado em 02/05/2012 estabelece o início do projeto em maio de 2012 e prazo final estimado para maio de 2013, no valor total de £ 114 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

<u>Data</u>	<u>Libras</u>
2012	90
2013	24
Total	114

FSC - Projeto de treinamento em certificação FSC para comunidades e concessionárias envolvidas com concessões florestais na Amazônia

Trata-se de uma série de três cursos, cujos resultados serão sistematizados em publicação sobre a certificação florestal comunitária FSC. O primeiro curso aconteceu no Acre em abril de 2012, com integrantes da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), e teve o objetivo de promover um diálogo entre a experiência de manejo florestal comunitário certificado da cooperativa e os movimentos da economia solidária e comércio justo e solidário, para apoiar no debate sobre dois dos principais desafios da cooperativa nos dias de hoje: viabilidade econômica e organização política do grupo. O segundo curso ocorreu em outubro de 2012, no Pará, junto à Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), na Flona Tapajós e teve como objetivos aprofundar os desafios e oportunidades da certificação comunitária FSC e facilitar a avaliação comparativa entre a operação florestal da cooperativa em execução e os princípios e critérios do FSC. A Oficina na Resex Verde para Sempre foi o terceiro curso, com o objetivo de apresentar e discutir com os manejadores florestais da RESEX Verde para Sempre os desafios e oportunidades para a certificação florestal comunitária (2012).

O acordo assinado em 01/05/2012 estabelece o início do projeto em maio de 2012 e prazo final estimado para abril de 2013, no valor total de R\$ 26 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2012	23
2013	3
Total	26

PORTICUS – Programa Liderar: Desenvolvimento de Lideranças na Amazônia

Por meio do Programa LIDERAR, o IEB visa contribuir para a formação e o desenvolvimento de lideranças da Amazônia, assumindo que há nesse campo uma enorme carência de processos formativos mais sistemáticos e contínuos. Evitando a aplicação de pacotes de capacitação fechados, o programa visa proporcionar aos participantes uma oportunidade de formação continuada, adaptada e orientada para situar o trabalho das lideranças em outro patamar de qualificação.

As atividades do LIDERAR estão diretamente relacionadas aos três componentes: i) formação continuada - participação das lideranças em 03 (três) encontros formativos, distribuídos ao longo de 10 (dez) meses, que poderão ocorrer nas cidades de Manaus, Belém ou Brasília; ii) bolsa desenvolvimento de liderança – cada participante receberá um auxílio mensal, por dez 10 (dez) meses para ajudar nas despesas pessoais durante o período de formação continuada; iii) orientação por tutoria - cada participante poderá receber orientação pedagógica, conforme suas necessidades específicas. O objetivo é auxiliar as lideranças na definição do seu projeto de intervenção em suas organizações e em seus contextos de atuação, durante e após o encerramento do projeto.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O acordo assinado em 16/10/2012 estabelece o início do projeto em janeiro de 2013 e prazo final estimado para dezembro de 2013, no valor total de R\$ 195 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2013	195
Total	195

FUNBIO – Projeto Fortalecimento Institucional de organizações da sociedade civil no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

O **Projeto Chapada dos Veadeiros** visa o desenvolvimento organizacional e o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil na região do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, estado de Goiás, municípios de Alto Paraíso, distrito de São Jorge e municípios vizinhos de Colinas do Sul, Teresina e Cavalcante, no estado de Goiás.

A região é uma área remanescente do bioma Cerrado e foi reconhecida pela UNESCO como Sítio do Patrimônio da Humanidade. A biodiversidade do local sofre diversas ameaças pelo turismo e outras atividades econômicas. As comunidades vizinhas ao Parque Nacional têm um papel fundamental na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais da região.

O projeto é voltado para lideranças residentes no local, com inserção e envolvimento junto às organizações e associações de base, representativas da comunidade local. O objetivo é aprimorar as condições legais e de funcionamento das associações de base; fortalecer as associações para a proposição, execução e gestão de projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O acordo assinado em 12/03/2013 estabelece o início do projeto em março de 2013 e prazo final estimado para fevereiro de 2015, no valor total de R\$ 499 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

<u>Data</u>	<u>R\$</u>
2013	198
2014	301
Total	499

Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário na BR 163 (MAC)

O Projeto tem como objetivo o de fortalecer e ampliar as ações que o IEB tem desenvolvido no âmbito do Projeto Fortalecimento da Governança Florestal na BR-163, apoiado pelo Fundo Vale, em 10 municípios (Anapu, Aveiro, Itaituba, Juruti, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão, Santarém, e Uruará) da região e ampliando o escopo da atuação para Porto de Moz. As ações do Projeto tem permitido analisar os acordos formais e informais estabelecidos entre empresas e comunidades para exploração, processamento e comercialização de produtos florestais madeireiros na região. Além disso, proporcionam um diálogo com organizações comunitárias, empresas madeireiras e setores governamentais para identificar arranjos promissores de controle social sobre a exploração de produtos florestais na região.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O Projeto iniciou em setembro de 2013 com o apoio da MAC Foundation e tem um prazo de duração de 18 meses de execução.

Fortalecimento da Gestão dos Recursos Naturais no Marajó

O projeto centra-se em fortalecer a gestão dos recursos naturais na região do Marajó, atuando nos municípios que estão nos limites das Resex Gurupá Melgaço, Flona de Caxiuana, Mapúa e Terra Grande Pracuúba, e glebas Acuti Pereira, alto Acangata, Joana Peres I e Jacaré Puru. Os eixos de atuação do projeto são: (i) Fortalecendo a governança Florestal; (ii) Fortalecimento das Unidades de Conservação; e (iii) Formação de lideranças Agroextrativistas. Serão beneficiados no projeto os municípios de Melgaço, Portel, Curalinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves e Gurupá.

O projeto iniciou em outubro de 2013 com o apoio do Fundo Vale e tem um prazo de duração de 18 meses.

Impactos Socioambientais na Mineração (AIN)

A AIN tem apoiado a atuação do IEB em suas ações ligadas ao projeto de fortalecimento das instituições do município de Barcarena. As ações tem ênfase no interesse público sobre os problemas socioambientais, visando equilibrar a atividade industrial naquele município com ações e acordos pactuados entre governo, empresas e sociedade civil, de forma a assegurar os direitos da população local a um ambiente saudável. Para o alcance deste objetivo o projeto se estrutura a partir de dois eixos: (i) Fortalecendo as organizações da sociedade civil nas suas capacidades de interlocução com os demais setores da sociedade; e (ii) Apoiando a criação, a capacitação e o fortalecimento institucional de um Fórum Municipal que possa funcionar como espaço público de diálogo, negociação e pactuação de acordos entre empresas privadas, organizações da sociedade civil e as diferentes esferas de governo.

O apoio da AIN iniciou em julho de 2013 e tem um prazo de duração de 3 anos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de janeiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Em 31 de dezembro de 2013, o Instituto não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.



3 Principais práticas contábeis adotadas

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem destinação específica são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um. Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o IEB goza da isenção de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o superávit apurado.

(b) Ativo circulante e Não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

(c) Ativo imobilizado e intangível

Demonstrado ao custo deduzido da depreciação de bens, a qual é calculada pelo método linear às taxas anuais mediante a aplicação das taxas mencionadas na nota 6

(d) Passivo circulante e Não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

(e) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

4 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Instituição mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

(b) Derivativos

O Instituto não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2013 e de 2012.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração adota uma política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	9	22
Bancos	1.582	651
Aplicações financeiras	4.172	2.849
Total	<u>5.763</u>	<u>3.522</u>

6 Imobilizado e intangível

(a) Imobilizado

	<u>2013</u>			<u>2012</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Máquinas e equipamentos	197	(126)	71	78	10
Equipamentos de informática	357	(242)	115	113	20
Móveis e utensílios	410	(346)	64	84	10
Instalações	35	(26)	9	11	10
Aplicativos para computadores (SO)	17	(7)	10	12	20
Benfeitorias em bens de terceiros	26	(21)	5	7	10
Total	<u>1.042</u>	<u>(768)</u>	<u>274</u>	<u>305</u>	

(b) Intangível

	<u>2013</u>			<u>2012</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Aplicativos para computadores (Outros)	49	(38)	11	18	20

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7 Passivo Circulante

(a) Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se a provisões para pagamento decorrentes de obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício e parcelamento de contribuições à previdência social, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo composto conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisões para férias	99	146
Provisões para encargos sobre férias	34	50
Previdência Social	2	30
Total	135	227

(b) Contas a pagar

Referem-se a obrigações que a entidade tem na liquidação financeira de gastos realizados, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo o saldo composto conforme demonstrado na tabela seguinte:

<u>Contas a pagar</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CEE Barcarena	22	-
Fundo Vale	-	6
USAID - Biodiversidade	-	3
Fundação Moore	-	1
Total	22	10

(c) Adiantamento de doadores

Referem-se aos recursos adiantados pelos doadores no âmbito dos projetos administrados pelo IEB e que serão utilizados em períodos seguintes, conforme demonstrado o na tabela abaixo:

<u>Adiantamentos de doadores</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundação Moore	2.477	2.142
MAC CARGIL FOUNDATION	904	-
CEE-PFF	764	222
Fundo Vale	402	290
PORTICUS	396	191
CEE - Barcarena	39	201
USAID - Biodiversidade	16	22
USAID - Garah Itxa	-	30
Embaixada Britânica	-	94
Total	4.998	3.192

8 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído pelas contribuições dos seus associados, receitas financeiras do Instituto, doações, subvenções e legados, conforme previsto no Estatuto.

(b) Superávit (déficit) do exercício

Refere-se somente ao superávit e/ ou déficit do ano corrente. Após aprovação pela assembléia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

9 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de viagens para seus funcionários e consultores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Não há cobertura de seguro sobre os bens do ativo imobilizado, tendo em vista a política de riscos adotada pela entidade e o montante dos bens patrimoniais.

10 Tributos e contribuições

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

(b) PIS/COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

11 Custos com programas

O detalhamento dos gastos incorridos em cada programa por doador pode ser assim demonstrado:



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

<u>Programa</u>	<u>Fonte doadora</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fortalecimento Institucional	FUNDO VALE	2.688	2.499
	USAID	1.535	1.885
	RECURSOS PRÓPRIOS	425	388
	FUNDACAO MOORE	184	730
	CEE	146	-
	FUNBIO	109	-
	AJUDA IGREJA NORUEGUESA	90	-
	MP DO PARA	47	7
	MMA/SDS	-	26
		5.224	5.534
Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	FUNDO VALE	534	-
	USAID	335	538
	CEE	124	445
	MAC CARGIL FOUNDATION	47	-
	US FOREST SERVICE	-	302
	WWF	-	10
	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	-	8
			1.040
Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	FUNDACAO MOORE	1.050	58
	FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	725	7
	EMBAIXADA BRITÂNICA	338	218
	PORTICUS	194	-
		2.307	283
TOTAL		8.571	7.120



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O detalhamento de cada programa no que se refere à natureza dos gastos incorridos pode ser assim demonstrado:

				2013
Natureza das despesas	Fortalecimento Institucional	Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	TOTAL
Eventos, viagens e estadas (b)	1.721	270	1.124	3.115
Consultorias técnicas	1.265	356	507	2.128
Salários, encargos e benefícios (a)	1.106	226	564	1.896
Repasses a programas	593	22	-	615
Despesas gerais	375	102	35	512
Publicações, comunicações e materiais	146	58	17	221
Bolsa de estudos	18	6	60	84
Total	5.224	1.040	2.307	8.571
				2012
Natureza das despesas	Fortalecimento Institucional	Manejo dos Recursos Naturais e Gestão Territorial	Apoio à Pesquisa, Capacitação e Formação	TOTAL
Eventos, viagens e estadas (b)	1.645	332	112	2.089
Salários, encargos e benefícios (a)	1.494	486	23	2.003
Consultorias técnicas	1.107	240	130	1.477
Repasses a programas	626	108	-	734
Despesas gerais	455	92	10	557
Publicações, comunicações e materiais	186	40	9	235
Bolsa de estudos	22	6	-	28
Total	5.535	1.304	284	7.123

(a) Os salários, encargos sociais e benefícios se referem ao pessoal contratado para a execução dos projetos e são alocados como despesas pelo regime de competência. O acréscimo de funcionários ao quadro de pessoal é efetuado à medida em que há incremento nas atividades previstas em orçamento.

(b) A rubrica "Eventos, viagens e estadas" refere-se ao desenvolvimento dos projetos de cada programa considerando-se a multidisciplinaridade dos mesmos, bem como as diversas regiões do Brasil nas quais os programas são desenvolvidos.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

12 Custos indiretos - IEB

No exercício de 2013, o Instituto calculou sua taxa de custos indiretos num percentual de 17,41% sobre os custos totais de suas atividades.

O cálculo da taxa de custo indireto do Instituto para o exercício de 2013 pode ser assim demonstrado:

Custos com programas	Total Custos	Exclusões	Custos Totais	Custos Indiretos	Custos Diretos
Eventos, viagens e estadas	3.115	-	3.115	-	3.115
Salários, encargos e benefícios	1.896	-	1.896	-	1.896
Consultorias técnicas	2.128	-	2.128	-	2.128
Repasses a programas	615	615	-	-	-
Despesas gerais	512	3	509	-	509
Publicações, comunicações e materiais	221	-	221	-	221
Bolsas de estudos	84	-	84	-	84
	8.571	618	7.953	-	7.953
Despesas com administração de programas					
Salários, encargos e benefícios	1.076	-	1.076	1.076	-
Consultorias técnicas	259	-	259	259	-
Despesas gerais	308	19	289	288	-
Despesas com depreciação e amortização	104	104	-	-	-
Eventos, viagens e estadas	16	-	16	16	-
Publicações, comunicações e materiais	30	-	30	30	-
	1.793	123	1.670	1.670	-
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	52	29	23	9	14
	52	29	23	9	14
Total	10.416	770	9.646	1.679	7.967
(a) Custos indiretos	1.679				
(b) Custos totais	9.646				
(a/b) Custos indiretos %	17,41%				

A apuração do percentual de custos indiretos se baseia na metodologia desenvolvida por TNC e PACT, que não considera certos tipos de despesas, tais como: provisão de férias, despesas com brindes, impostos incidentes sobre receita financeiras, multas etc.

Os custos indiretos são custos comuns ou conjuntos, que não são prontamente identificáveis com uma atividade-fim, mas com as atividades-meio, sendo relevantes para que as atividades-



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

fim sejam executadas. Portanto, beneficiam toda a organização e os respectivos doadores que a financiam.

13 Projeto Diálogo intersetorial em Barcarena, Pará. Contrato AIN-IEB: PID 330376

O projeto tem por objetivo efetivar a mobilização do segmento empresarial, estatal e sociedade civil para uma participação efetiva no fórum de diálogo intersetorial de Barcarena, acompanhar e apoiar a criação do Fórum de Diálogo intersetorial, fortalecer a atuação institucional, efetivando esforços para a continuidade das ações em Barcarena.

O período de execução do projeto é de julho a dezembro de 2013. O acordo foi assinado em 26/06/2013. A parte de contribuição da AIN é de 250 mil Coroas Norueguesas. A transferência será em USDolares. No ano 2013 recursos recebidos montam em valores:

Receita do Projeto AIN Barcarena		
Data	Reais	USDolares
09/07/2013	58.179,96	26,566.19
05/09/2013	32.748,14	14,363.22
Total	90.928,10	40,929.41

No ano 2013, entre julho-dezembro, a despesa do projeto monta em Reais 90,919 mil.

Despesa do Projeto AIN Barcarena	90.919,48
PESSOAL-AIN	69.090,00
Coordenação técnica-AIN	49.050,00
Assessoria PF/PJ-AIN	20.040,00
CUSTOS DIRETOS DAS ATIVIDADES-AIN	21.829,48
Diárias (Hospedagem e alimentação)-AIN	1.150,37
Transporte-AIN	6.852,95
Seminários e Eventos-AIN	11.657,53
Publicação e Divulgação-AIN	2.168,63

O relatório financeiro está de acordo com as condições do contrato, e o disposto no artigo 2º do referido contrato. As despesas incorridas estão previstas no orçamento do contrato e lançados na conta do projeto, são identificáveis e verificáveis e estão comprovadas por documentos originais. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registo (por exemplo, balancete, contas do razão geral e respectivas subcontas, etc.). As despesas do relatório final foram realizadas (“realidade”), estão certas (“exatidão”) e são elegíveis.

14 Projeto Fortalecimento Institucional das organizações da sociedade civil do município de Barcarena, Pará. Contrato Comunidade Europeia/IEB: DCI-NSAPVD/2009/208-043

O projeto tem por objetivo promover o fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais e a criação de espaços institucionais promotores de diálogo, visando o gerenciamento



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

de recursos, de conflitos e a redução de impactos socioambientais causados por empresas mineradoras no município de Barcarena-Pa.

O período de execução do projeto é de 2009 a 2013. O acordo assinado em 01/01/2010 estabelece o início do projeto em janeiro de 2010 e prazo final em 30 de junho de 2013. A parte de contribuição da Comunidade Europeia é de valor total de EUR 331,274 mil.

Receita do Projeto		
Data	Reais	Euros
08/12/2009	212.461	83,318
10/03/2011	278.951	123,978
13/04/2012	292.588	123,978
Total	783.999	331,274

Despesa total do projeto monta em Euros 397,515 mil, incluindo os custos indiretos.

Projeto Comunidade Barcarena	Relatório Financeiro	
	Reais	Euros
Rubrica de Despesa		
Actividades de visibilidad	28.700	11.659
Aluguel de vehículos	10.408	4.290
Contracts	32.692	12.787
Coordinator	217.456	89.581
Costes de assessoria	112.452	46.501
Costes de auditoría	21.600	8.449
Costes de conferencias/seminarios	98.970	40.576
Costes de evaluación	16.500	6.454
Custo Indireto	63.743	26.006
Equipos informáticos	3.213	1.363
Especialista em desarrollo (20%)	56.208	23.406
Especialista em redes (10%)	85.325	34.661
Estudios, investigación	23.866	10.171
Local (personal para la Acción)	28.408	11.631
Materiais para treinamento	23.981	9.883
Periféricas informáticos	667	287
Personal Tecnico	51.837	20.275
Publicaciones	44.764	17.509
Viajes nacionales	53.580	22.027
Total Geral	974.369	397.515

O relatório financeiro está de acordo com as condições do contrato, e o disposto no artigo 2º das condições gerais. As despesas incorridas estão previstas no orçamento do contrato e lançados na conta do projeto, são identificáveis e verificáveis e estão comprovadas por documentos originais. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registo (por exemplo, balancete, contas do razão geral e respectivas subcontas, etc.). As despesas do relatório final foram realizadas ("realidade"), estão certas ("exatidão") e são elegíveis. As taxas de câmbio estão corretamente aplicadas em conformidade com as condições do contrato.



Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os custos administrativos (indiretos) do relatório financeiro, não excedem o limite máximo de 7% dos custos diretos totais elegíveis, previsto no item 3 do artigo 14 das condições gerais do contrato. Não ocorreram gastos imprevistos no relatório financeiro auditado.

15 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
1- Receitas	10.853	8.415
1.1. Doações recebidas	10.613	8.318
1.2. Outras receitas	239	96
2- Insumos Adquiridos de Terceiros	7.119	5.423
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.119	5.423
3- Valor Adicionado Bruto (1-2)	3.734	2.991
4- Depreciação e Amortização	104	97
4.1. Depreciação e amortização	104	97
5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	3.630	2.894
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	7	21
6.1. Receitas financeiras	7	21
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	3.637	2.915
II - VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	3.637	2.915
III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8- Distribuição do Valor Adicionado		
8.1. Pessoal	2.515	2.240
8.1.1. Remuneração direta	1.589	1.555
8.1.2. Benefícios	359	351
8.1.3. FGTS	315	225
8.1.4. Indenizações trabalhistas	252	109
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	457	503
8.2.1. Previdência Social	439	487
8.2.2. PIS	18	16
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	221	374
8.3.1. Juros	64	79
8.3.2. Aluguel	157	295
8.4. Déficit (Superávit) do Exercício	444	(203)
IV - TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	3.637	2.915


Maria José Miranda Cabral Gontijo
Diretora Executiva


André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-018950/O-0 "S-DF"